



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 6.137, DE 2009

(Do Sr. Paulo Pimenta)

Denomina a Escola Agrotécnica Federal implantada pelo Ministério da Educação, em parceria com a prefeitura do município de São Borja, Rio Grande do Sul, "Escola Agrotécnica Leonel de Moura Brizola".

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4875/2009.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Escola Agrotécnica Federal de São Borja, Rio Grande do Sul, criada pelo Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II passará a ser denominada “Escola Agrotécnica Federal LEONEL DE MOURA BRIZOLA”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

LEONEL DE MOURA BRIZOLA, nascido no vilarejo de Cruzinha, hoje interior de Carazinho/RS, então pertencente ao município de Passo Fundo/RS, era filho de camponeses migrados de Sorocaba. Batizado como Itagiba de Moura Brizola, cedo adotou o nome de um líder maragato da Revolução de 1923, Leonel Rocha.

Iniciou seus estudos primários numa escola do município vizinho de São Bento, em 1945 ingressou na Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, cujo curso completaria em 1949.

Simpatizante de Getúlio Vargas, Brizola ingressou no PTB em agosto de 1945, integrando, ao lado de um grupo de sindicalistas de Porto Alegre, o primeiro núcleo gaúcho do partido. Sua trajetória política teve início de forma surpreendente, já em 1947 foi eleito pelo Rio Grande do Sul Deputado Estadual pela a legenda do PTB.

Em 1950 casou-se com Neusa Goulart, irmã de João Goulart. Esse acontecimento de sua vida privada irá ser decisivo em sua vida política, pois fora através do casamento que Brizola passou a ter mais contato com Getúlio Vargas, sendo o mesmo padrinho do casamento.

Lançado na vida pública por Getúlio Vargas, foi o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) em toda a História do Brasil. Exerceu também a presidência de honra da Internacional Socialista.

Após seu primeiro mandato no legislativo estadual, Brizola foi reeleito em 1950, sendo em 1954 eleito deputado federal. Nas eleições de 1958, Brizola foi eleito Governador do Estado do Rio Grande do Sul com extrema maioria dos votos. Foi o chamado “fenômeno Brizola”.

Brizola teve projeção nacional em 1961, pois com a renúncia do Presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 e a ausência do vice-presidente João Goulart, que estava em missão oficial na República Popular da China, foi empossado interinamente o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli. Após este episódio, foi iniciada uma crise política devido à tentativa de veto dos ministros militares à posse de Goulart. A recusa a um governo chefiado por Goulart representava, segundo seus opositores, a recusa ao populismo e ao varguismo. Em várias regiões foi iniciado um movimento de resistência aos planos dos ministros militares, chamado de legalismo.

O ponto mais alto da resistência foi no Rio Grande do Sul, e teve em Brizola seu líder, que ocupou militarmente duas rádios gaúchas e formou a “cadeia da legalidade”, comandando 104 emissoras na região sul, mobilizando a população em defesa da posse de João Goulart.

Sua influência política no Brasil durou aproximadamente cinquenta anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência.

Com a decretação da anistia política em 1979, Brizola retornou ao Brasil, o seu retorno foi o início de uma série de iniciativas para a criação de uma nova forma política para o seu perfil. O primeiro discurso em território nacional ocorreu na cidade de **São Borja** ao pé do túmulo de Getúlio Vargas. Com esta iniciativa Brizola desejava apresentar à nação seu passado e um proeminente futuro político. Discursando ao lado do túmulo de Vargas e de João Goulart, Brizola buscava a transmissão de carisma das figuras de seus antecessores no trabalho.

Por duas vezes foi candidato a presidente do Brasil pelo PDT, partido que fundou em 1980, não conseguindo se eleger.

Em 1982 foi eleito governador da antiga capital federal, Estado do Rio de Janeiro, a sua administração foi marcada pela criação de dezenas de CIEPs, os Centros Integrados de Educação, copiados por muitos políticos nos anos seguintes. Os

opositores diziam que os Cieps eram "caros, de custosa manutenção", ignorando a importância do projeto, que visava a manter crianças dentro do ambiente escolar durante a maior parte do dia. E ainda acusavam Brizola de "utilizar os centros como arma de propaganda eleitoral" visando à conquista do eleitorado de outros estados pois muitos foram erguidos na beira de rodovias. Entretanto, estes mesmos opositores acabaram por reconhecer a importância da Educação para o desenvolvimento do [Brasil](#), importância esta muito divulgada por Brizola. Isso não impediu que, após o governo Brizola, os CIEPs tenham sido, em grande parte, sucateados pelos oposicionistas.

A eleição de Brizola para o Governo significou a abertura da política carioca e fluminense ao brizolismo, pois todos os governadores do Estado do Rio de Janeiro desde então foram formados por Brizola e no PDT, com exceção de Moreira Franco que o sucedeu no Governo eleito através de uma campanha eleitoral baseado na crítica ao projeto brizolista, e a ex-governadora Benedita da Silva. Esta formou uma chapa, concorrendo como vice do ex-Governador Garotinho. Benedita tomou posse após Garotinho renunciar ao cargo para a disputa presidencial. Tal constatação revela a importância de Brizola na política carioca e fluminense, e mostra o possível legado político deixado pelo mesmo.

Morreu aos 82 anos de idade, vitimado por problemas cardíacos.

LEONEL BRIZOLA foi sepultado em São Borja/RS, no dia 24 de junho de 2004. Mas deixou para o Brasil uma incontestável lição de coragem, determinismo, fidelidade, patriotismo e tolerância.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos ilustres pares a esta proposta, apresentada na Câmara Municipal de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, e aprovada por unanimidade por seus vereadores.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 2009.

Deputado Paulo Pimenta

FIM DO DOCUMENTO
